O turismo e a população em situação de rua: relações e perspectivas

Tourism and homelessness: relations and perspectives

Natália do Rocio Luiz (LUIZ, N. do R.)*

RESUMO - Os centros urbanos são propícios para o desenvolvimento do turismo. Paradoxalmente, são, em sua maioria, locais em que o fenômeno da população em situação de rua é evidente. Nota-se um aumento do contraste entre as duas realidades. Objetiva-se discutir as relações entre o turismo e esta população, sendo que esta ainda é pouco abordada. Como metodologia, elaborou-se um ensaio reflexivo, formando uma revisão de literatura que permite criar relações e traçar perspectivas sobre o tema. Como resultados tem-se a apresentação de uma pauta de investigação voltada ao estreitamento desta relação.

Palavras chave: Turismo; População em situação de rua; Perspectivas.

ABSTRACT - The urban centers are conducive to the development of tourism. Paradoxically, they are, in most of them, places where the phenomenon of the homelessness is evident. There's an increase in the contrast between the two realities. The objective is to discuss the relation between the tourism and this population, and this is still in few discussions. As a methodology, a reflexive analysis was created, producing a literature review that allows to create relations and to draw perspectives on the theme. As a result, the presentation of an investigation plan focused on approach this relation.

Key words: Tourism; Homelessness; Perspectives.

* Graduanda em Turismo - Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail natalia.trilhas@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Não há como falar do desenvolvimento turístico de um destino sem abordar os fenômenos que se desdobram paralelamente a ele. Observando os grandes centros urbanos, é possível perceber o produto turístico, formado por atrativos, monumentos, serviços de compras, gastronomia e entretenimento dos mais variados, crescendo no conceito dos turistas e estimulando sua permanência no destino. Porém, juntamente com esse crescimento, percebe-se o agravamento de um fenômeno social que não é novo, mas tem um histórico de visibilidade perante a sociedade ainda recente: a população e situação de rua.

Apesar da inegável relação, nota-se certa restrição à uma análise aprofundada da relação entre as duas realidades, talvez por serem aparentemente, distintas. O que ocorre é que apesar de utilizarem-se do espaço urbano e dos equipamentos turísticos há bastante tempo, na literatura, a relação entre o fenômeno da população em situação de rua e o turismo ainda é escassa. Por este motivo, a presente discussão considera aspectos da inclusão social de grupos menos favorecidos de maneira a estabelecer uma conexão mais concisa entre os temas.

Assim sendo, pretende-se como objetivo geral, discutir as relações entre o turismo e a população em situação de rua. Como metodologia para esta discussão, elaborou-se um ensaio reflexivo, a partir da revisão de literatura utilizada. Utilizou-se de livros e periódicos que permitem estabelecer relações, das mais variadas possíveis e tecer perspectivas sobre o tema.

O ensaio aborda inicialmente a população em situação de rua, tratando seu histórico e caracterização. Em seguida são debatidas a exclusão e inclusão da população em situação de rua, em diferentes abordagens. Então, após essa aproximação, é abordada a relação entre a população em situação de rua e o turismo. Por fim, apresentam-se considerações sobre o tema e como resultados, a indicação de uma pauta com possíveis abordagens para pesquisas futuras, voltadas ao estreitamento desta relação.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO

Lonardoní *et al.* (2006, p. 1) explicam que no Brasil, “até 1930 não havia uma compreensão da pobreza enquanto expressão da questão social e quando esta emergia para a sociedade, era tratada como ‘caso de polícia’ e problematizada”.

O entendimento da chamada “questão social” foi fundamental para a concepção atual do modelo de proteção social, que considera a população em situação de rua como um dos destinatários. O que se observa, porém é uma recorrente confusão entre a “questão social” em si e os problemas sociais, sendo que estes últimos são apenas consequência do primeiro.

Weidauer (2008) explica essa relação:

Questão social é mais do que problemas e/ou manifestação social. É a expressão (conceitual e concreta) da sociabilidade erguida sob o comando do capital, com todos os efeitos sociais que emergem da luta pela apropriação da riqueza social criada a partir do trabalho não pago. A necessidade de apreender suas múltiplas expressões e formas concretas assumidas no cenário contemporâneo vai além do aspecto da pobreza (WEIDAUER, 2008, p. 93).

Nesta diferenciação, não basta apenas substituir uma expressão pela outra, pois enquanto o problema social considera o indivíduo como responsável por sua situação, a questão social considera questões mais profundas, ligadas às relações de trabalho e suas consequentes disparidades, sejam elas sociais, políticas ou culturais (WEIDAUER, 2008). A questão social constitui-se, portanto, num fenômeno proveniente da sociedade capitalista (SANTOS, 2014). Complementarmente, para Silva (2009, p. 91), o termo “população em situação de rua” também retrata um fenômeno, sendo este social, considerado “um elemento de extraordinária relevância na composição da pobreza nas sociedades capitalistas” Sousa (2015).

O início ao reconhecimento cidadão da população em situação de rua se dá com a constituição federal de 1998. Klauman (2016), complementa essa ideia ao explicar que a constituição é um marco para as políticas públicas sociais, assim como para as políticas públicas direcionadas especificamente para a população em situação de rua (KLAUMAN, 2016).

Essa população é definida como:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (BRASIL, 2008, p. 8).

Mais detalhadamente, Araujo (2012), faz distinção entre as possibilidades de situação de rua, explicando que a definição de “população de rua” é extremamente polêmica, inclusive entre pesquisadores. Isso porque, o termo pode incluir desde os que utilizam a rua como residência permanente, quanto os que tiram da rua seu sustento sem se utilizarem dela como moradia. Nessas duas abordagens, ainda podem se encaixar como população de rua os catadores de papel, prostitutas, trabalhadores itinerantes, andarilhos, mendigos, desabrigados e camelôs, entre outros, com suas múltiplas motivações para permanecerem parte de sua vida na rua (ARAÚJO, 2012). Em relação a essas motivações, majoritariamente, faz parte do processo de ida para a rua, como última alternativa, a busca de novas formas de sustento pessoal ou familiar (COSTA, 2005).

Os motivos que levam a situação de rua apresentam-se dos mais variados possíveis. Grande parte dessa população chegou à situação de rua em virtude de quadros de depressão elevados, consumo de drogas e de trajetórias de desamparo, processos de ruptura de laços familiares ou vínculos comunitários com as localidades de origem, além da limitação econômica (MELO, 2011). Sousa (2015) também explica essa situação: “Jogada à margem do desenvolvimento e do acesso a bens e serviços, uma parcela significativa dessa população passou a buscar as ruas das cidades como sua única forma de sobrevivência” (SOUSA, 2015, p.12). É inegável que a necessidade de viver nas ruas faz que essas pessoas desenvolvam diariamente novas estratégias de sobrevivência, geralmente ligados aos recursos que encontram nos centros urbanos (COSTA, 2005). Assim, nestas relações com as cidades, cabe a discussão sobre inclusão e exclusão.

2.2 EXCLUSÃO E INCLUSÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Demo (2002, p. 21) explica que a exclusão da população em situação de rua “ganha significação mais drástica no processo de destruição de valores tradicionais que os integrariam à sociedade”. Esse processo está relacionado à precariedade em que se encontram, o que acaba gerando nesse grupo populacional um sentimento de não pertencimento e impotência diante de sua própria condição.

Diante disso, as propostas de ação para a população em situação de rua devem reforçar a construção de uma identidade e autoimagem positivas desse grupo, que eliminem suas barreiras individuais, já que cada indivíduo é fundamental na transformação de seu estado de vida. Complementarmente, Coelho e Guimarães (2012, p. 3), ao tratarem das barreiras sociais, defendem que “eliminar ou suprimir barreiras está muito relacionado ao trabalho sobre percepções de valores pessoais dominantes”.

Conforme a análise de Luiz (2013), quando esse desenvolvimento ocorre em grupo, gera possibilidades ainda maiores de afastamento de sua condição subalterna, causando uma ruptura nos modos coletivos de atuar e pensar. Para o autor, há uma potencialidade nesses grupos, que precisam ser instrumentalizados e fortalecidos. A instrumentalização proposta por Luiz (2013) vai de encontro à proposta do Conselho Nacional do Ministério Público (2015). O guia, intitulado “Defesa dos direitos das pessoas em situação de rua” indica que para a proposição de ações para esse grupo populacional, é preciso aumentar sua autoestima e estimular o desenvolvimento de consciência crítica sobre sua situação. Assim, podem reivindicar direitos e construir novas perspectivas de vida que incluam possibilidade de deixar as ruas. Nesse sentido, as propostas também devem caracterizar-se pela conscientização da sociedade e afirmação de direitos deste grupo social. (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2015).

Em síntese, a inclusão social é o que podemos chamar de processo de atitudes afirmativas, no sentido de inserir os menos favorecidos no contexto social (OLIVEIRA, 2008). Para Rua (2006), o impedimento total e até mesmo parcial dessa inserção, é a forma pela qual esses grupos sociais tem seus direitos de cidadania negados. Entre esses direitos estão a igualdade perante a legislação e instituições públicas, o acesso a oportunidades de profissionalização, estudo, expressão e cultura, por exemplo. Esse

processo pode estar vinculado também às práticas de lazer e entretenimento (OLIVEIRA, 2008). Em relação à essas práticas, existem diferentes formas de se desenvolver inclusão ou exclusão de grupos menos favorecidos como a população em situação de rua. Uma delas é por meio do turismo, como se verá no tópico a seguir.

2.3 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O TURISMO

“O turismo é uma ferramenta motivacional, transformadora, criativa, viva. Sendo utilizado de modo organizado, pode induzir ao resgate da cultura local e favorecer a inclusão social das diversas esferas da comunidade” (OLIVEIRA, 2008 p. 102). Entre essas esferas da comunidade, considera-se o grupo dos menos favorecidos. Nessa discussão, torna-se relevante ressaltar a visão de Demo (2002), que indica que a carência material é apenas a condição externa da desigualdade social. Para o referido autor, destaca-se a necessidade de reinventar toda a condição de cidadania do indivíduo necessitado, a partir da sua valorização e estímulo aos seus direitos. Isso indica que a atuação da inclusão social deve superar as medidas de apoio paliativas, como esmolas, alimentos e vestimentas e considerar a totalidade dos direitos constitucionais anteriormente abordados.

Devido à estigmatização social enfrentada por alguns grupos sociais, há uma tendência à distorção da sua condição de cidadania. Isso também se aplica à população em situação de rua, pois como não são bem vistos, tem dificuldade na participação em serviços e atividades comuns, incluindo condições de trabalho e lazer. Conseqüentemente, as ações de intervenção no modo de vida dessas pessoas, ocorrem muitas vezes, de maneira pejorativa ou discriminatória. Exemplos dessa discriminação são as práticas higienistas adotadas nos centros urbanos para esconder o fenômeno, o recolhimento forçado dos indivíduos, além de massacres e extermínios aos quais estão sujeitos (Silva, 2009). Atitudes como essas, partem do pressuposto de que o fenômeno da população em situação de rua se desenvolve no sentido contrário ao desenvolvimento econômico do turismo. Contudo, o turismo consitui-se numa exceção à característica excludente do setor econômico (BUARQUE, 2006). Destaca-se o “maravilhoso potencial ético e técnico do turismo. Um dos raros setores que fogem à essa regra excludente, porque para se dinamizar plenamente, o turismo precisa da inclusão social” (BUARQUE, 2006, p 81).

Outros autores também contribuem para a desmistificação da ideia de separação entre o fenômeno da população de rua e o turismo, ao estabelecerem pontos que destacam a multiplicidade de contribuições e possibilidades que ele proporciona para a inclusão social. Coelho e Guimarães (2012) explicam que o encontro e a sociabilidade proporcionados pela prática de atividades turísticas podem estimular a convivência com a diversificação populacional, o que conseqüentemente, proporciona a inclusão social. Rua (2006), também oferece contribuições nesse sentido, ao explicar que por favorecer a prática da solidariedade e a integração, o turismo é capaz de romper com o isolamento social, já que provoca contato entre culturas e atores variados. O turismo “constitui um dos principais fatores de aproximação entre os povos e, conseqüentemente da manutenção de relações pacíficas” (KRIPPENDORF, 2000, p. 83).

Rua (2006), explica que o conhecimento possibilitado durante uma atividade prazerosa como o turismo, facilita a interação entre os atores envolvidos, justamente por ser um momento de baixa tensão. Além disso, também destaca uma perspectiva relacionada ao trabalho e empregabilidade, explicando que o turismo, como atividade com mão de obra intensiva, contribui para empregar pessoas com diferentes perfis ou graus de desenvolvimento. Nesse sentido, Buarque (2006, p. 81), é categórico ao afirmar, de maneira complementar, que o turismo “é um setor que necessita de mão de obra com diferentes níveis de especialização”, exemplificando que um restaurante precisa tanto de um *chef* ou de um lavador de pratos, assim como um hotel pode precisar tanto de administradores, como de arrumadores de camas.

Uma outra perspectiva envolve a aproximação da população local com o turista. Porém, cabe ressaltar que se essa relação desconsiderar interesses sociais pode ocorrer de forma negativa, mas que permite levantar questões importantes quanto ao desenvolvimento do turismo em áreas ou com populações em situação de vulnerabilidade. Como ocorre no caso do turismo pelas favelas. Medeiros (2007a) e Menezes (2007) fazem uma análise sobre a ambigüidade da prática do turismo em áreas de pobreza, tendo como estudo de caso os *tours* realizados na Favela da Rocinha/RJ. Medeiros (2007a, p. 11), coloca um contraponto válido de reflexão sobre tais práticas. Os chamados *tours* de realidade são a forma mais comum de aproximação entre populações subalternas e o turismo. Eles aproximam o lazer dos que vem de fora à rotina da população autóctone, ao mesmo tempo em que colocam frente a frente à

miséria em que vive a população das favelas e as relações de mercado que se desdobram a partir da exploração meramente econômica do turismo.

Essa forma de exploração do turismo vai de encontro ao que Krippendorf (2000) coloca como “síndrome do zoológico”, onde o autóctone é alvo de observação e a relação não é de encontro, mas de reforço da condição de superioridade do turista em relação à população. Há um prejulgamento de ambas as partes. O turista em relação ao morador e o morador em relação ao turista e, segundo o autor, isso ocorre pela incompreensão existente - nas duas realidades - sobre a perspectiva do outro. Há pouco incentivo da interação do turista com a comunidade local e este é possivelmente um dos motivos pelos quais a incompreensão entre ambos se evidencie, o que é transponível para a relação entre a população em situação de rua e os turistas.

Ao tratar do aspecto social do turismo, Cardoso (2005), explica que a literatura enfatiza três linhas de pensamento. A primeira, voltada à verificação das percepções dos impactos do turismo na visão dos moradores e como isso afeta seu aceite ou rejeição; a segunda, voltada a entender os impactos do desenvolvimento do turismo no destino; e a terceira linha, esta bem mais restrita que as anteriores, que é ligada as tentativas de alguns segmentos da cadeia produtiva do turismo para incluir o aspecto social em seus princípios e ações, visando a redução dos impactos sociais negativos nas comunidades com as quais interagem.

Dessa forma, entende-se que a interação proporcionada pelo turismo torna-se um instrumento de contribuição bilateral, já que os “programas inclusivos preparam grupos minoritários para uma vida integrada na sociedade, ao mesmo tempo em que prepara a sociedade a aceitar a diversidade individual” (COELHO; GUIMARÃES, 2012, p. 6).

As práticas de inclusão social por meio do turismo demandam uma relação positiva entre todos os envolvidos, principalmente, tratando-se de aspectos relacionados a pessoas em situação de rua, trata-se de um desafio, por envolver de um grupo populacional que enfrenta a fragilidade econômica e a estigmatização social. Porém, “o turismo não se desenvolve plenamente enquanto não conseguir incluir os excluídos socialmente” (BUARQUE, 2006, p. 81).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de cidadania ligada à percepção de valores individuais é fundamental para a indicação de perspectivas positivas para a população em situação de rua. Mais do que considerar sua condição, é necessário entender suas diferenças, motivações e desejos, de forma a atuar de maneira harmoniosa com o turismo. Conforme visto, a incompreensão do outro é o que causa essa separação, que se dá principalmente pela estigmatização social.

Por esses motivos, fica evidente que o desenvolvimento do turismo em áreas de fragilidade social ou com populações em situação de vulnerabilidade deve ocorrer paralelamente à inclusão social da população visitada. Porém, por constituir-se num desafio, há poucos esforços neste sentido. A partir do exposto, sugere-se que pesquisas futuras tenham como objetivo:

- Identificar as distinções entre as possibilidades de situação de rua.
- Analisar a percepção da população em situação de rua em relação ao turismo
- Possibilitar a discussão a respeito da empregabilidade
- Analisar o posicionamento do turista em relação à população em situação de rua
- Identificar aspectos favoráveis à ruptura com a situação de rua por meio do turismo.
- Incentivar a interação do turista com a comunidade local
- Analisar a estigmatização social da população em situação de rua sob a perspectiva de diferentes grupos.

Acredita-se que pesquisas neste sentido contribuirão para o aprofundamento do tema e para a criação de estratégias que permitam rupturas ou diminuições reais na contrastante realidade entre a população em situação de rua e o turismo.

4 REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. **Pesquisa em Turismo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2007.

ARAUJO, V. de F. C. **Política Nacional para a População em Situação de Rua: Breve Análise**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.4

BONETI, L. W. Exclusão e Inclusão Social: teoria e método. **Contexto e Educação**. Editora Unijui, ano 21, n. 75. Jan-jun 2006. p. 187-206.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: Artigos 203, 204. República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Casa Civil**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências Diário Oficial da União, Brasília, 7 de dezembro de 1993, 172º da Independência e 105º da República, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Tipificação dos serviços socioassistenciais**. Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/acer/Downloads/AssistenciaSocialTipificacaoNacionaldeServicosSoci oassistenciais.pdf >. Acesso em: 01/05/2017.

CARUANA, R; GLOZER, S; CRANE, A. McCabe, S. Tourists' accounts of responsible tourism. **Annals of Tourism Research**. p. 115 -129. 2014.

COELHO, M. de F.; GUIMARÃES, M. P. Turismo inclusivo e lazer em espaços públicos. IX SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO – ANPTUR. 2012 Universidade Anhembi Morumbi - São Paulo

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 4, dez. p. 1- 15, 2005.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Defesa dos direitos das pessoas em situação de rua**. Ação Nacional em Defesa dos Direitos Fundamentais. Guia de Ação Ministerial, Brasília, 2015.

DEMO, P. **O charme da exclusão social**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, 2002. (coleção polêmicas do nosso tempo).

FARIA, N. D. M. de; WOORTMANN, E. F. A Educação Patrimonial como elemento de socialização para jovens em situação de risco. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. VI, n. 2, p. 49-72, jun.- dez. 2009.

KLAUMANN A. R. Moradores de Rua – Um enfoque histórico e socioassistencial da população de rua no Brasil: a realidade do Centro POP de Rio do Sul/SC. Santa Catarina, 2016.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph. 2000.

LONARDONI, E.; GIMENES, J. G; SANTOS, M. L. dos; NOZABIELLI, S. R. O processo de afirmação da Assistência Social como Política Social. **Serviço Social em**

Revista. Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. V. 8, n. 2, Jan./Jun. 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/cv8n2_sonia.htm>. Acesso em: 08/04/2016.

LUIZ, D. E. C. **Emancipação e Serviço Social:** a potencialidade da prática profissional. 2. Ed. Ponta Grossa. Editora UEPG, 2013. 271 p.

MEDEIROS, B. F. A favela e seus trânsitos turísticos. **Observatório de Inovação do Turismo** – Revista Acadêmica. Volume II – Número 2. P. 1 -13. 2007

MEDEIROS, B. F. A favela que se vê e que se vende. **Revista Brasileira de Estudos Sociais.** V. 22, n. 65, p. 62-72. 2007.

MELO, T. H. de A. G. **A Rua e a Sociedade:** articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

MENEZES, P. Turismo e Favela: Reflexões sobre ética e fotografia. **Dialogando no Turismo.** Rosana. v. 1 n. 3. p 10–30. 2007.

OLIVEIRA, H. V. A Prática do Turismo como Fator de Inclusão Social. **Revista de Ciências Gerenciais.** V. XII, n. 16, ano 2008, p. 91- 103.

QUINONERO, C. G; ISHIKAWA, C. T. NASCIMENTO, J. R. C.; MANTOVAN, R. A. Princípios e diretrizes da Assistência Social: da LOAS à NOB SUAS. **O Social em Questão** - Ano XVII – n. 30 – p. 47-70. 2013

RUA, M. G. **Turismo e políticas públicas de inclusão.** In: MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL) (org.). Turismo social: diálogos do Turismo, uma viagem de inclusão. Ministério do Turismo/ Instituto Brasileiro de Administração Municipal: Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, L. L. da. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil.** São Paulo Cortez, 2009.

SILVA , G. D. da. A política de Assistência Social no Contexto Brasileiro de Proteção Social. **Jornada Internacional de Políticas Públicas.** Universidade Federal do Maranhão. P. 25-28, agosto 2015.

SOUSA, M. A. População em situação de rua e direitos socioassistenciais no contexto do SUAS: uma análise sobre o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP no município de São Luís/MA.VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Universidade Federal do Maranhão. 25-28 agosto, 2015.

SPOSATI, A. Assistência Social: de ação individual à direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC.** n. 10 – jul./dez. 2007. Disponível em:

<http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf>.
Acesso em: 04/04/2017.

_____. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. **Concepção e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Brasília 2009.

_____. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza.** São Paulo, Cortez, 1988.

VALENCIO, N. F. L. da S. *et al.*; Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização, desfiliação e desterritorialização. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção.** v. 7, n. 21, p. 556 a 605, dezembro de 2008.

WEIDAUER, R. T. A “**Questão Social**” e sua **apropriação pelos assistentes sociais supervisores no município de Toledo.** 143 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

WORLD WITHOUT POVERTY – Mundo Sem Pobreza. Iniciativa Brasileira de Aprendizagem. **A Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua.** 2015. Disponível em: < https://wpp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Pesquisa-Nacional-sobre-a-Popula%C3%A7%C3%A3o-de-Rua-Relato-de-Uso-WWP_-PORT.pdf >.
Acesso em: 30/04.2017.